



ACÓRDÃO Nº679/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12106/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Danilo Corrêa - SPA DANILO CORRÊA
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Liége de Fátima Ribeiro (Ordenador de Despesa) e Simone Veronica Mendes Dias (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2793/2017, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta Estadual. Serviço de Pronto Atendimento Danilo Corrêa - SPA DANILO CORRÊA. Exercício de 2015.

Irregularidade. Revelia. Multa. Concessão de Prazo. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço de Pronto Atendimento Danilo Corrêa, exercício de 2015, de responsabilidade da Sra. Liége de Fátima Ribeiro, Diretora-Geral do SPA Danilo Corrêa, no período de 01/01/2015 a 30/09/2015, nos termos do art. 22, III, “b”, da Lei nº 2423/96;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço de Pronto Atendimento Danilo Corrêa, exercício de 2015, de responsabilidade da Sra. Simone Veronica Mendes Dias, Diretora-Geral do SPA Danilo Corrêa, no período de 01/10/2015 a 31/12/2015, nos termos do art. 22, III, “b”, da Lei nº 2423/96;
- 10.3. **Considerar revel** a Sra. Liége de Fátima Ribeiro, nos termos do art. 88 do Regimento Interno desta Corte;
- 10.4. **Considerar revel** a Sra. Simone Veronica Mendes Dias, nos termos do



ACÓRDÃO Nº679/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

art. 88 do Regimento Interno desta Corte;

- 10.5. Aplicar Multa** à Sra. Liége de Fátima Ribeiro no valor de R\$13.152,37 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ em razão de grave infração à norma legal e regumentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes aos itens 13.2 a 13.4 do Relatório-Voto, nos termos do artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte.
- 10.6. Aplicar Multa** à Sra. Simone Veronica Mendes Dias no valor de R\$17.536,50 (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ em razão de grave infração à norma legal e regumentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes aos itens 11.2 a 11.6 do Relatório-Voto, nos termos do artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno desta Corte.
- 10.7. Conceder Prazo** à Sra. Liége de Fátima Ribeiro e à Sra. Simone Verônica Mendes Dias de 30 dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal do valor recolhido, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei Estadual nº 2.423/96);
- 10.8. Recomendar** ao Serviço de Pronto Atendimento Danilo Corrêa - SPA Danilo Corrêa que:
- a)** Promova licitação para aquisição de bens e serviços, evitando o uso indiscriminado da dispensa de licitação com base no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, o que caracteriza fuga ao procedimento licitatório, nos termos do art. 37, XXI, da Constituição Federal c/c art. 2º da Lei nº 8.666/93;
 - b)** Obedeça às regras da Lei de Licitações nos procedimentos licitatórios, tanto com relação aos documentos obrigatórios que devem compor o processo administrativo, como o Projeto Básico, Justificativas de Preço ou Contratação, Pesquisa de Preços, Parecer Jurídico, como o cumprimento dos limites legais estabelecidos pela Lei nº 8.666/93;
 - c)** Abstenha-se de comprar medicamentos e insumos sem cobertura



ACÓRDÃO Nº679/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

contratual, promova a licitação para a aquisição de tais produtos, evitando o uso indiscriminado de pagamentos a título de indenização, em atendimento ao art. 37, XXI, da Constituição Federal c/c art. 2º da Lei nº 8.666/93;

d) Regularize os débitos e créditos não tomados pelo órgão ou banco;

e) Regularize o registro de entrada e saída do almoxarifado da unidade, o Balanço Patrimonial e as relações de bens em geral.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral